

A verdadeira e a falsa retomada do desenvolvimento

João Paulo de Almeida Magalhães

A presença de Dilson Funaro à frente do Ministério da Fazenda dinamizou incontestavelmente a administração econômica do país. Nem por isso, contudo, é lícito afirmar que tenha sido enfrentado o problema básico da retomada do desenvolvimento. Esta somente será consolidada quando recomencem, em proporções significativas, os investimentos destinados ao aumento da capacidade produtiva do país. Os investimentos que estão sendo feitos, até o momento, destinam-se essencialmente à reposição e/ou modernização de empresas. O incremento do PIB vem, portanto, ocorrendo com base no aproveitamento de uma capacidade ociosa que deverá se esgotar pelos fins de 1986.

A criação de capital novo não ocorre porque nenhum empreendimento apresenta rentabilidade compatível com 20% anuais que constituem a taxa de juros pedida aos potenciais investidores. Além disso, mesmo se os juros fossem rebaixados, permaneceria a questão do montante global dos investimentos. Estes são condicionados pela disponibilidade de poupanças, que se acha presentemente em torno de 14% do PIB. A experiência passada do nosso desenvolvimento demonstra que a percentagem normal se situa entre 22% e 24%.

Uma análise, mesmo perfuntória, demonstra

que esse estado de coisas resulta, essencialmente, do fato de sermos forçados a remeter anualmente para fora do país cerca de 10 bilhões de dólares. Considerando que nossa poupança total deve estar em 30 bilhões de dólares, isto significa uma perda de 33% das disponibilidades para investimento. E a drenagem para o exterior de poupanças, ao reduzir sua oferta interna, determina os elevadíssimos juros que constituem o segundo obstáculo à retomada do desenvolvimento.

Há, teoricamente, duas formas de enfrentar o problema supradescrito: eliminar (ou cortar a fundo) a fuga de poupanças para o exterior ou compensar essa perda através de significativo aumento da formação interna de poupanças. O recente pacote econômico optou pela segunda fórmula. O corolário direto da drenagem a que nos achamos submetidos é, de fato, o drástico declínio das poupanças do Governo que, em última análise, é quem paga cerca de 80% dos nossos juros externos. Um dos objetivos implícitos do "pacote" foi, assim, a reconstituição da margem de poupanças públicas. Estas são representadas pela diferença entre receitas e despesas correntes do Governo. Como despesas correntes são difíceis de serem reduzidas, o esforço principal foi no sentido da elevação de receitas. Para tanto, aumentou-se o gravame fiscal sobre empresas e pessoas físicas de maiores rendas, orientação justificada pelo argumento de não ser

possível impor maiores sacrifícios às populações de rendas baixa e média.

Na verdade, porém, o tipo de tributação utilizado tem como resultado mais a tendência de poupanças, do particular para o Governo, do que o aumento dos seus níveis globais. Esse aumento deveria ser conseguido através de impostos que cortassem o consumo, e dificilmente as classes baixas e médias poderiam ser excluídas do sacrifício. Tal fato nada tem, aliás, de surpreendente. Se, em nome de rígidos princípios éticos, o Governo brasileiro faz questão de honrar as condições leoninas de nossa dívida externa, ele está, implicitamente, aceitando submeter o povo brasileiro a duríssimo regime de austeridade.

Como não há, segundo reconhece o próprio Governo, condições sócio-políticas para um regime de austeridade, o remédio é coibir a fuga de poupanças. Isso pode ser feito de duas maneiras: mediante recusa ao pagamento de juros acima das taxas históricas de 3% a.a., em termos reais, e 7%, em termos nominais, ou através da capitalização de juros. Estes deixariam de ser pagos durante cinco anos, adicionando-se o montante correspondente ao total da dívida externa. Tais fórmulas nada têm de revolucionárias. A primeira foi defendida por Ary Waddington, líder do setor bancário nacional, e a segunda, por Paulo Pereira Lira, presidente do Banco Central em um dos Governos da Revolução. A objeção levantada foi de

que, dado o presente equilíbrio no Brasil da oferta e demanda de moeda estrangeira, a medida geraria grande excedente de divisas que, ao se transformarem em aumento de importações, prejudicariam seriamente a indústria brasileira. Esse corolário negativo pode, no entanto, ser contornado, se as divisas sobranes forem reunidas num fundo destinado à redução do nosso endividamento externo e à importação de bens não fabricados no Brasil ou fabricados em setores que já atingiram sua plena capacidade. Numa conjuntura de retomada de desenvolvimento haverá, aliás, ampla oportunidade para estes dois tipos de importação.

Em suma: (a) a consolidação da retomada do desenvolvimento brasileiro depende da baixa da taxa de juros e da elevação da margem de poupanças; (b) os juros são altos e as poupanças baixas, porque o Brasil é forçado a remeter, anualmente, 10 bilhões de dólares para o exterior; (c) como não há condições de compensar essa hemorragia externa pela elevação de poupanças internas, a solução é enfrentar diretamente o problema da dívida externa com base nas duas alternativas acima (ou numa variante delas). E, enquanto não o fizer, o Governo estará enganando ao povo brasileiro e a si mesmo, ao afirmar que resolveu o problema da retomada do desenvolvimento.

João Paulo de Almeida Magalhães é Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade de Paris e membro do Instituto de Estudos Políticos e Sociais

1986 230 07